

A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosilene Mugnol¹; Cleci Irene Trentin Krüger²

1 - Professora do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Cantagalo – PR. Aluna do Curso de Especialização em PROEJA pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco - UTFPR. E-mail: rosilenemugnol@bol.com.br; 2 - Mestre em Educação, Professora de Inglês nos cursos de Letras- Português- Inglês e no curso Técnico em Geomensura; Professora de Educação Inclusiva no curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. E-mail: cleci@utfpr.edu.br

Resumo - Este artigo faz parte do estudo já realizado acerca do projeto monográfico que ainda está em processo de construção e que depois de concluído será apresentado ao Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos da UTFPR – Campus Pato Branco. O tema central deste trabalho é analisar como se efetiva a inclusão a nível da Educação de Jovens e Adultos. Inicialmente, faz-se uma retomada da evolução histórica da EJA no Brasil, desde a década de 40 até os dias atuais, quando surge a nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que visa garantir a Inclusão de educandos com necessidades especiais com o objetivo de promover educação para todos. Por fim, discute-se sobre a questão de vencer preconceitos e aceitar a diversidade, tanto dentro como fora do âmbito escolar.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação. EJA.

INCLUSION IN THE EDUCATION OF YOUNG AND ADULT

Abstract - This article is part of the study already done on the monographic project which is still in process of construction and after completion will be submitted to the Course of Specialization in Professional Education Integrated Basic Education in the Sport Education of Young Adults and the UTFPR - Campus Pato Branco. The central theme of this paper is to analyze how effective is the inclusion in the adult and youth education. Initially, there is a resumption of the historical evolution of the EJA in Brazil since the 40s until the present day, when is the new LDBEN (Law of Directives and Bases of National Education), to ensure the inclusion of students with needs special with the objective of promoting education for all. Finally, discusses the issue of overcoming prejudices and accept the diversity, both within and outside of school.

Keywords: Inclusion. Education. EJA.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva está cada vez mais presente em todas as instâncias tanto a nível social como a nível escolar, abrangendo desde o Ensino Regular, o Técnico e a Educação de Jovens e Adultos.

Neste contexto, este trabalho procura fazer um esclarecimento sobre a inclusão da pessoa portadora de necessidade especial, sendo que seu tema principal foi analisar como se dá a inclusão a

nível da Educação de Jovens e Adultos.

A Educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional sistemática, planejada e continuada para jovens e adultos durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferindo dos processos educativos que ocorrem em outras instâncias, como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.

O conhecimento é um fator de produção decisivo de inserção social, pois tende a mudar a estrutura da sociedade, criar novas dinâmicas sociais e econômicas, como também novas políticas. Para isso é preciso que todos tenham a oportunidade de adquirir e praticar este conhecimento, sem que haja exclusão de minorias. Não basta capacitar jovens e adultos, é necessário pensar também numa educação inclusiva que atenda a todos os alunos.

É preciso ter em vista a formação para o desenvolvimento de suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demandam um novo tipo de profissional. Sendo assim, a educação de jovens e adultos visa proporcionar ao aluno o desenvolvimento de seu espírito crítico, direcionando seu aperfeiçoamento cultural no sentido de justiça, cooperação e participação ativa na realidade político-social, dando-lhe uma visão de sociedade realmente democrática, em que sejam colocados ao alcance geral os meios de promoção humana justa.

Para que a educação de jovens e adultos atinja tais metas, é necessário que a educação inclusiva esteja também planejada dentro desses objetivos a serem alcançados.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS E A INCLUSÃO

Atualmente fala-se muito sobre inclusão, mas na prática pouco se inclui, pois há falta de qualificação profissional e infra-estrutura adequada. Na Educação de Jovens e Adultos também acontecem tais problemas, porém sempre é necessária uma busca para sanar esses impedimentos e essas dificuldades e fazer com que aconteça realmente a Educação Inclusiva.

A educação de Jovens e Adultos no Brasil começou a surgir nos anos 40. Como ação e programa governamental nessa área, destaca-se a Campanha Nacional de Educação de Adultos iniciada em 1947.

Na década de 60, Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos que evoluíram no sentido da organização de grupos populares articulados a sindicatos e outros movimentos sociais. A principal meta era realizar uma educação de adultos críticos, voltada para a transformação social, tendo como princípio educativo o diálogo, utilizando-se de palavras geradoras, este método consistia numa proposta para alfabetização de adultos, iniciava-se pelo levantamento do universo vocabular dos alunos. Através de conversas informais, o educador observa os vocábulos mais usados pelos alunos e a comunidade, e assim seleciona as palavras que serviriam de base para as lições. Depois de composto o universo das palavras geradoras, apresentavam-se elas em cartazes com imagens. Então, nos círculos de cultura iniciava-se uma discussão para significá-las na realidade daquela

turma. Assim dava significação a alfabetização e promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social. Mas com o Golpe de 64 toda essa mobilização social foi reprimida, Paulo Freire foi considerado subversivo, foi preso e depois exilado. Assim, esse grande projeto foi infelizmente abandonado.

Em 1969 o governo federal organizou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) um programa de proporção nacional, voltado a oferecer alfabetização a inúmeros adultos analfabetos, porém, com ideais bem distintos do que Paulo Freire almejava. Conforme Pierro (2001), o MOBRAL foi extinto em 1985, devido a insuficiência do domínio rudimentar da escrita.

Em 1971, surge um novo enquadramento legal a Lei federal 5692/71 dispondo regras básicas na educação supletiva, que distinguiu as várias funções: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação. Esse segmento de ensino foi atendido por meio de modalidades não presenciais, nas quais a baixa interação professor-aluno e a flexibilidade de organização se associam a baixos custos de funcionamento.

Em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso cria uma emenda à Constituição que suprimiu a obrigatoriedade do ensino fundamental aos jovens e adultos, mantendo a obrigatoriedade da oferta gratuita.

A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), manteve ênfase nos exames e ainda abaixa a idade mínima para certificação de 18 p/ 15 anos no ensino fundamental e de 21 p/ 18 anos no ensino médio, inferindo um ensino regular acelerado.

Porém a educação de jovens e adultos não pode perder seu caráter principal, que é educação básica em seu sentido amplo, não apenas a alfabetização inicial. Cabe considerar ainda que a educação de jovens e adultos deve privilegiar uma educação para a cidadania promovendo a formação de sujeitos livres, autônomos, críticos, capazes de intervir em processos de produção cultural e que tenham alcance político.

Sendo assim, é preciso também dar ênfase especial a Educação Inclusiva como um todo, pois essa modalidade de ensino recebe muitos alunos portadores de necessidades especiais.

A educação num panorama geral tanto em nível de Brasil como em outros países estão em busca de uma educação inclusiva, não somente voltada para a pessoa portadora de deficiência, enfim, todas as outras pessoas que possuem diferenças, sociais, econômicas, históricas e ou culturais, pois o objetivo principal é diminuir os preconceitos e dar as mesmas oportunidades sem discriminação de raça, cor, credo e classe social. Isto está previsto na LDBEN nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei da Corde nº 7.853/89

que, entre outras iniciativas, dão respaldo para suprir as necessidades dos alunos portadores de deficiências.

Apesar de algum tempo os princípios da inclusão estarem sendo previstos em amparos legais, na prática ainda há muito que ser desvendado.

Na sociedade onde estamos inseridos ainda há muito preconceito com tudo aquilo que trata às diferenças. Ainda são levados em consideração os estereótipos, que são as barreiras atitudinais. A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade, segundo Mazzotta (1999, p.15). Este autor coloca que:

... a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

Pode se constatar que até o século XVIII, as pessoas tinham uma visão deturpada sobre a área das deficiências. Até hoje algumas pessoas ainda não têm compreensão, e sobre isso, Mazzotta (1999, p.16) menciona: “a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “ serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignoradas.”

A própria religião contribuiu para a discriminação quando colocava que o homem é a “imagem e semelhança de Deus”. Sendo assim, inculcava a idéia de que todos deveriam ter perfeição física e mental. As pessoas que eram portadoras de algum tipo de deficiência eram postas à margem da condição humana.

A sociedade aos poucos foi se mobilizando através de um conjunto de crenças, valores, idéias, conhecimentos, meios materiais e políticos. Em um dado momento algumas obras começaram a ser escritas nos Estados Unidos e Canadá e posteriormente em outros países, inclusive o Brasil. Stainback (1999, p.36), em referências bibliográficas (faz uma colocação em seu livro *Inclusão um Guia para educadores*), ressalta as primeiras obras escritas em relação à pessoa portadora de deficiência:

Benjamin Rush, médico do final da década de 1700, foi um dos primeiros norte americanos a introduzir o conceito da educação de pessoas com deficiência. Mas só em 1817 Thomas Gallaudet estabeleceu Asilo Norte-Americano para a educação e Instrução dos Surdos e Mudos, um dos primeiros programas especiais de educação. Por exemplo, o *Asylum for the Education of the Blind* (Asilo para a Educação dos Cegos, STAINBACK 1999).

Até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial, mas na educação de

deficientes. A partir desta década, começaram a surgir inúmeras entidades filantrópicas - assistenciais e empresas prestadoras de serviços de reabilitação.

No Paraná o primeiro Instituto a ser fundado foi em Curitiba em 1944 chamado Instituto Paranaense de Cegos, estadual, especializado.

A Coletânea da Legislação Referentes aos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiências (1997, p.12) traz a seguinte colocação:

A conquista de dignidade, direito e cidadania é um consenso que reflete visando novas linhas de ação, mas no entanto é necessário ultrapassar a visão assistencialista, dando lugar à garantia de direitos, um desafio a ser vencido com o trabalho integrado da família, aluno, escola e sociedade. (LDPPD, 1997).

As bases Filosóficas, Legais e Teórico- Metodológicas de ensino formuladas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (2001, P.8) coloca como Princípios Básicos:

considerando que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, não há como consolidar democracia com as injustiças sociais. O desafio é construir uma sociedade democrática, calcada na igualdade e na liberdade, onde os direitos humanos sejam devidamente respeitados e protegidos, repudiando-se as desigualdades sociais e todas as formas de exclusão de qualquer indivíduo, por ação ou omissão. (SEED, 2001).

A Inclusão está no auge, mas, na verdade, o que está ocorrendo é a Integração. Quando menciona a adaptação de Currículo e Metodologia para receber os alunos em sua diversidade deveria garantir a sua permanência na escola com todos os aparatos necessários.

Em contrapartida, a Lei da Coorde discorre em seu Artigo 8º, sobre a criminalização do preconceito, reconhecendo como crime punível com reclusão: a recusa de matrícula de pessoas com deficiência, em estabelecimento de ensino público ou privado, por motivo de sua deficiência; negar sem justa causa, a oportunidade de trabalho ou emprego ou deixar de prestar-lhe assistência médico-hospitalar, mas, no entanto não oferece os aparatos necessários.

Em junho de 1994 aconteceu em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que oficializa o conceito de educação inclusiva com o objetivo de promover educação para todos, inclusive para os portadores de necessidades especiais. Com isso se pensou uma escola para todos, isto é, instituições que incluam todo mundo, sem distinção ou separação, que reconheçam as diferenças e promovam a aprendizagem a partir delas, atendendo as necessidades de cada um.

Mediante tudo o que foi citado a educação de jovens e adultos deve também se apropriar para atingir os objetivos que a inclusão sugere e as leis garantem. Mas para isso é preciso apoio governamental que garantam:

- Formação continuada à Professores, envolvendo os professores e gestores que não tiveram formação nas áreas específicas;
- Forma: Cursos intensivos com conteúdos que contemplem as diversas áreas;
- Contemplar todos os cursos com disciplinas inerentes a Educação Especial;
- Formação do Especialista em Educação Especial;
- Cursos: Habilitação e Pós Graduação na área citada;
- Formação dos Formadores de Professores;
- Disponibilizar material pedagógico diferenciado para atender as necessidades desses educandos, bem como suporte para se trabalhar com eles;
- Dar ênfase também à estrutura física das escolas que funcionam os CEEBJA's.

A partir disso, dever-se-ia discutir politicamente as estruturas e comprometer-se na formação das Redes de Apoio, nos sistemas Estaduais e Municipais de ensino.

A autora Santos (1997, p.1), faz uma colocação interessante sobre como conseguir a inclusão na escola:

dentre as barreiras existentes para a inclusão do deficiente visual e dos demais, na escola comum podem ser destacados: o despreparo do professor do ensino regular por desconhecer a deficiência visual e outras e a não disponibilidade de recursos materiais apropriados para a melhora do desempenho do aluno . E ainda realizar diagnóstico das barreiras que estão impedindo a inclusão escolar e, obter dados, propor um planejamento de ações interativas entre a escola e os alunos portadores de deficiência, propiciando assim um efetivo processo de inclusão educacional.

É de grande valia mencionar que a sociedade em geral deve ter consciência em promover ações que garantam o pleno exercício da cidadania, e que estes sejam cumpridos não somente que as leis fiquem impregnadas no papel mas que sejam executadas na prática em benefício das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Além disso, é preciso vencer o preconceito interior, procurar estratégias e maneiras de fazer verdadeiramente inclusão, seja na escola, na sociedade ou na vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudos sobre a Inclusão na Educação de

Jovens e Adultos, percebe-se a importância que a mesma tem neste meio, é preciso que todos tenham oportunidade de adquirir e praticar o conhecimento. A Educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos, nunca teve o merecido tratamento, na maioria dos governos, está sempre em segundo plano. Sendo assim, mais do que nunca precisamos fazer com que a inclusão realmente aconteça em nossas escolas. É preciso também que cada escola faça uma análise interna, de como cada profissional está atuando, quais as estruturas que cada uma delas oferece, que apoio e que formação os educadores recebem, como a escola recebe os alunos especiais, como planejam ações interativas entre os alunos, como procuram eliminar o preconceito. Assim poderemos estar no caminho para que se efetive o processo de inclusão educacional, mas ainda temos o preconceito que é uma barreira, a ser quebrado, para que realmente aconteça a inclusão nesta modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/ deficiência**. Brasília: CORDE.1994.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense,1981. Cap.1-3.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 9394/96.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO, 1994, Espanha. Conferência mundial sobre necessidades educacionais especiais. UNESCO. Salamanca: CORDE, 7-10 de junho.
- EDITORIAL. **Por dentro e por fora. Educação**. São Paulo, n. 224, p.11,dez.1999.
- GIL, C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas,1994.
- MAZZOTA, J. S. M. **Educação especial no brasil, história e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez,1999.
- PARANÁ. **Coletânea da legislação referente aos direitos da pessoa portadora de deficiência**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. 1997.
- DI PIERRÔ, M. C. et al. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos CEDES Ano XXI. nov. 2001.
- SANTOS, M. P. **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: WVA.1997.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médias Sul,1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. INFORMATIVO: Departamento de Educação Especial/SEED. jun.2000
- SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967. Cap.3.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985. Cap.2.
- traz obras em 16 diferentes idiomas e seu acervo é composto por literatura universal, arquivos de música e ilustrações (O PROJETO..., 2003).
- PESTANA, M. C. et al. **Desafios da sociedade do conhecimento e gestão de pessoas em sistemas de informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 2, p. 77-84, maio/ago. 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br>> Acesso em: 28 nov. 2003.